

RESUMO SEMANAL LEGISLATIVO #20

Semana de 22 a 26 de Junho

Executivo

Nova Lei: Sancionada a Lei 14.016 que permite a doação por supermercados, restaurantes e outros estabelecimentos os excedentes de alimentos para pessoas em situação de vulnerabilidade, risco alimentar ou nutricional.

MP: Editada a MP 985 que libera R\$ 300 milhões para o Min. da Defesa aplicar no enfrentamento da covid-19. Embora precise ser votada pelas duas Casas do Congresso Nacional, o presidente do Senado anunciou que não pautará matérias que liberam recursos para o combate à pandemia, visto que o dinheiro pode ser gasto imediatamente, mesmo sem a aprovação do Legislativo.

Alterações Executivo: Abraham Weintraub foi oficialmente exonerado do Ministério da Educação e poderá assumir uma diretoria no Banco Mundial, caso sua indicação seja aprovada pela instituição. Para seu lugar foi nomeado o professor Carlos Alberto Decotelli da Silva. Já para a Secretaria Nacional de Segurança Pública foi nomeado Carlos Renato Machado Paim, que ocupava cargo na Subsecretaria de Operações Integradas, da Sec. de Segurança Pública do DF. Ainda, tomou posse o novo secretário Especial da Cultura, Mario Frias. À sua antecessora, Regina Duarte, foi prometida a direção da Cinemateca.

Aprovação do governo: Divulgada pesquisa

Datafolha realizada por telefone entre os dias 23 e 24 de junho, junto a 2.016 brasileiros em todas as regiões do país, que apurou a avaliação do governo de Jair Bolsonaro após a prisão de Fabrício Queiroz, ex-assessor de seu filho Flávio Bolsonaro (REP./RJ). Em relação à pesquisa feita pelo instituto em maio, a aprovação à gestão do Presidente segue estável, oscilando de 33% para 32%, assim como sua reprovação (agora 44% antes em 43%). A taxa dos que a avaliam como regular passou de 22% para 23% e há ainda 1% dos que preferiram não opinar, ante 2% na pesquisa anterior.

Legislativo

Plenário CD: Deputados iniciaram na terça (23) a análise do PL 3267/19, que propõe alterações ao Código de Trânsito. A votação foi concluída na quarta (24) e a matéria segue para o Senado. Na sessão, também foi aprovado o PDL 657/19, que referenda a criação de escritório do Banco do BRICS em São Paulo, que segue ao Senado. Na quinta (25) o Plenário aprovou, na forma de projeto de lei de conversão, a MP 931/20, que altera regras de assembleias gerais em empresas, que segue para análise dos senadores. Ainda, aprovaram o texto base da MP 944/20, que institui o Programa Emergencial de Suporte a Empregos. A votação será retomada na próxima semana.

Plenário SF: Na segunda (22) os senadores se



FENAPEF
FEDERAÇÃO NACIONAL
DOS POLICIAIS FEDERAIS

reuniram em sessão de debates temáticos, onde discutiram com representantes da sociedade civil e membros do TSE o adiamento das eleições municipais durante a pandemia. Na terça (23), aprovaram em primeiro e segundo turnos a PEC 18/20, que adia as eleições municipais de outubro para novembro. Ainda, aprovaram o PRS 24/20 (contratação de empréstimo entre Mogi das Cruzes e a Corporação Andina de Fomento), que vai à promulgação, e o PLV 17/20, oriundo da MP 932/20 (Sistema S), que vai à sanção. Durante a sessão, Davi Alcolumbre (DEM/AP) anunciou para a próxima quarta (01) reunião do Congresso para análise de vetos presidenciais. Na quarta (24) foi aprovado o PL 4162/19, que estabelece um novo marco legal para o saneamento básico. O texto, que era uma das prioridades do governo federal, vai à sanção. Na quinta (25) foi aprovado o PLV 16/20, oriundo da MP 923/20 (promoção de telejogos por emissoras de televisão), que segue para sanção. Já o PL 2630/20 (fake news) teve sua discussão encerrada, porém, a votação ficou adiada para a próxima terça (30).

Adiamento eleições: A PEC 18/20, que altera a data das eleições municipais deste ano, foi aprovada no Senado adiando o pleito em 42 dias, mas mantendo os prazos estabelecidos no calendário eleitoral. Caberá ao TSE a promoção de ajustes no cronograma eleitoral de acordo com a situação sanitária de cada município. Já quando se tratar de um estado, a definição de novo dia para o pleito caberá ao Congresso. O Presidente do Senado esperava

que a votação na Câmara ocorresse ainda essa semana. No entanto, Rodrigo Maia (DEM/RJ) tem afirmado que a matéria não possui consenso entre os deputados e ainda não há a quantidade de votos necessários à sua aprovação.

Judiciário

TSE - Plenário: Por unanimidade, ministros do TSE decidiram pela improcedência e arquivamento de Ação de Investigação Judicial Eleitoral por suposto abuso de poder econômico contra a chapa Bolsonaro/Mourão. Outras sete ações envolvendo a chapa presidencial eleita em 2018 ainda estão em andamento na Corte Eleitoral.

STF - Plenário: Por maioria de votos, foi declarada inconstitucional qualquer interpretação de dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal que permita a redução de vencimentos de servidores públicos para a adequação de despesas com pessoal. Os ministros também decidiram que a expulsão de estrangeiro com filho brasileiro nascido depois do fato que motivou a expulsão é incompatível com os princípios constitucionais da proteção à criança e à família. Ainda durante a sessão, o Plenário elegeu o Min. Luiz Fux para presidir a Corte e o Conselho Nacional de Justiça no biênio 2020-2022. A Min. Rosa Weber foi eleita para assumir a Vice-Presidência do Tribunal. A posse de ambos está marcada para o dia 10 de setembro. Já a Min. Cármen Lúcia foi eleita para integrar o TSE como ministra substituta.



**MOREIRA &
GREGÓRIO**
CONSULTORIA
POLÍTICA

Serviço prestado exclusivamente para Federação Nacional dos Policiais Federais – FENAPEF
Desenvolvido pela Moreira & Gregório Consultoria Política.

Condomínio Privê Morada Sul, Conjunto 17, casa 03 – Lago Sul – (61) 98126-3938

Rua da República nº 202, Centro Comercial Foz Center, loja 08, Figueira da Foz – Distrito de Coimbra – Portugal – (+351) 91385-7955



FENAPEF
FEDERAÇÃO NACIONAL
DOS POLICIAIS FEDERAIS

DESTAQUES LEGISLATIVOS

- ❖ Foi apresentado na segunda (22) pelo Dep. Filipe Barros (PSL/PR) o **PL 3459/2020, que inclui dispositivo no art. 2º da Lei 12.830/2013, que dispõe sobre a investigação criminal conduzida pelo delegado de polícia, e no art. 282 do Código de Processo Penal.** O projeto garante ao delegado acesso integral aos autos de processo ou investigação antes do cumprimento de medidas de natureza cautelar de natureza processual penal e também garante à pessoa investigada a cópia desses documentos no ato da execução das medidas. A matéria aguarda despacho do Presidente da Câmara dos Deputados.
- ❖ O Plenário do Senado aprovou nesta terça (23) os dois turnos da **PEC 18/20, do Sen. Randolfe Rodrigues (REDE/AP), que trata do adiamento das Eleições Municipais de 2020.** Com isso, a **PEC 22/20, do Sen. José Maranhão (MDB/PB) e a PEC 23/20, da Sen. Rose de Freitas (PODE./ES)** foram prejudicadas por tratarem de matérias correlatas. O texto final foi o **substitutivo** do relator Sen. Weverton (PDT/MA), onde se definiu que o primeiro turno do pleito ocorrerá em 15 de novembro e o segundo no dia 29 do mesmo mês. Também se estabeleceram novos prazos e datas relacionados ao processo eleitoral. A matéria vai à Câmara dos Deputados.
- ❖ Remetido em 23/06 ao Ministro de Estado da Justiça e da Segurança Pública o **RIC 466/2020, da Dep. Fernanda Melchionna (PSOL/RS), que requer informações relativas ao Ofício produzido pela Polícia Federal que defende o nome do Sr. Alexandre Ramage para Diretoria Geral deste órgão.** O prazo para resposta do Ministro finaliza em 23/07.
- ❖ Foi encaminhado na quarta (24) ao Ministro da Justiça e Segurança Pública, André Mendonça, o **RIC 534/2020** do Dep. Ivan Valente, que **requer informações sobre a atuação do Diretor-Geral da Polícia Federal em relação a Operação Placebo, que teve como foco o desvio de recursos na área de saúde no Estado do Rio de Janeiro.** O prazo para resposta do Ministro finaliza em 24/07.
- ❖ Foi apresentada em 24/06 pela Dep. Major Fabiana (PSL/RJ) a **INC 670/2020, que sugere ao Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos a formulação de uma política nacional de fomento e garantia dos direitos fundamentais aos agentes de segurança pública.** A matéria aguarda recebimento pela 1ª Secretária da Mesa da Câmara dos Deputados.
- ❖ Em 25/06 foi apresentado pelo relator, Dep. Fábio Trad (PSD/MS), **parecer** pela aprovação com substitutivo ao **PL 1581/2020, do Dep. Marcelo Ramos (PL/AM), que regulamenta o acordo direto para pagamento com desconto ou parcelado de precatórios federais, com a destinação dos descontos obtidos pela União ao enfrentamento da pandemia de coronavírus, ou ao pagamento de dívidas contraídas pela União para fazer frente a tal situação emergencial.** Este é o segundo parecer do relator, que apresenta medidas de acordo com credores para pagamento com desconto de precatórios federais, destinando valores equivalentes aos alcançados nestes descontos para o combate ao coronavírus (Covid-19), ou à amortização da dívida pública mobiliária federal. O projeto constou na pauta do Plenário de quinta (25), mas não foi deliberado. A matéria aguarda nova inclusão na pauta do Plenário da Câmara.



FENAPEF
FEDERAÇÃO NACIONAL
DOS POLICIAIS FEDERAIS

- ❖ Foi publicada no Diário Oficial da União de sexta (26) a **Portaria 331/2020**, que nomeia **Carlos Renato Machado Paim** para exercer o cargo de **Secretário Nacional e Segurança Pública do Ministério da Justiça e Segurança Pública**.

//

NOVAS PROPOSIÇÕES

CÂMARA DOS DEPUTADOS		
Proposição	Autor	Descrição
<u>PL 3439/2020</u>	Deputada Rejane Dias (PT/PI)	Altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, para suspender o prazo de validade do concurso público enquanto durar a pandemia do Coronavírus.
<u>PL 3457/2020</u>	Deputado Rubens Otoni (PT/GO)	Acrescenta e altera dispositivos na Lei Maria da Penha para criar medidas protetivas de urgência automáticas que serão determinadas pela autoridade policial verificada a ocorrência de violência doméstica e familiar.
<u>PL 3459/2020</u>	Deputado Filipe Barros (PSL/PR)	Inclui dispositivo no artigo 2º da Lei nº 12.830/2013, que dispõe sobre a investigação criminal conduzida pelo delegado de polícia, e no artigo 282 da Lei nº 3.689/1941, que define o Código de Processo Penal.
<u>PDL 308/2020</u>	Deputada Jandira Feghali (PCdoB/RJ) e outros	Susta a Portaria nº 340, de 22 de junho de 2020, que cria o Protocolo Nacional de Investigação e Perícias nos Crimes de Feminicídio.
<u>RIC 686/2020</u>	Deputada Fernanda Melchionna (PSOL/RS)	Requer ao Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, SR. ANDRÉ MENDONÇA, informações relativas à atuação da Polícia Federal em operações contra grupo extremista de apoio a Jair Bolsonaro.
<u>RIC 703/2020</u>	Deputado Alessandro Molon (PSB/RJ)	Requer informações sobre os registros referentes ao Sr. Abraham Bragança de Vasconcellos Weintraub constantes no controle da Polícia Federal.
<u>RIC 710/2020</u>	Deputada Áurea Carolina (PSOL/MG) e outros	Requer ao Ministro da Justiça e da Segurança Pública, Senhor André Luiz de Almeida Mendonça, informações sobre o Protocolo Nacional de Investigação e Perícias nos Crimes de Feminicídio, criado a partir da Portaria nº 340, de 22 de junho de 2020.
<u>INC 669/2020</u>	Deputada Major Fabiana (PSL/RJ)	Sugere a intervenção do Ministério da Justiça e Segurança Pública junto ao Supremo Tribunal Federal, com a finalidade de reversão da decisão proferida na Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental - ADPF nº 635, determinando a paralisação de operações policiais no estado do Rio de Janeiro, proposta pelo partido político PSB.
<u>INC 670/2020</u>	Deputada Major Fabiana (PSL/RJ)	Sugere ao Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos a formulação de uma política nacional de fomento e garantia dos direitos fundamentais aos agentes de segurança pública.

//

SENADO FEDERAL

Proposição	Autor	Descrição
<u>PEC 23/2020</u>	Senadora Rose de Freitas (PODE/ES) e outros	Adia para o mês de dezembro a realização das eleições municipais previstas para outubro de 2020.
<u>RQS 830/2020</u>	Senador Wellington	Realização de Sessão de Debates Temáticos, a ser realizada em data oportuna, a fim de



**MOREIRA &
GREGÓRIO**
CONSULTORIA
POLITICA

Serviço prestado exclusivamente para Federação Nacional dos Policiais Federais – FENAPEF
Desenvolvido pela Moreira & Gregório Consultoria Política.

Condomínio Privê Morada Sul, Conjunto 17, casa 03 – Lago Sul – (61) 98126-3938
Rua da República nº 202, Centro Comercial Foz Center, loja 08, Figueira da Foz – Distrito de Coimbra – Portugal – (+351) 91385-7955



Fagundes (PL/MT) e outros discutir o adiamento do pleito municipal de 2020.

//

RESULTADO DAS DELIBERAÇÕES
PLENÁRIOS

CÂMARA DOS DEPUTADOS						
Resultado	Proposição	Autor	Descrição	Relator	Parecer	Tramitação
Aprovado. A matéria vai ao Senado	<u>PL 3267/2019</u>	Poder Executivo	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.	Deputado Juscelino Filho (DEM/MA)	<u>Favorável na forma do PLV</u>	Plenário
Aprovado. A matéria vai ao Senado	<u>PDL 657/2019</u>	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Novo Banco de Desenvolvimento relativo à Sede do Escritório Regional das Américas do Novo Banco de Desenvolvimento na República Federativa do Brasil, celebrado em Joanesburgo, República da África do Sul, em 26 de julho de 2018.	Deputado Felipe Francischini (PSL/PR)	<u>Favorável</u>	CFT, CCJC, Plenário
Não deliberado	<u>PDC 1158/2018</u>	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Aprova o texto do Acordo Constitutivo do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (BAII), celebrado em Pequim, em 29 de junho de 2015, juntamente com a documentação complementar ao texto do Acordo Constitutivo do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (BAII), celebrado em Pequim, República Popular da China, em 29 de junho de 2015.	-	-	Plenário
Não deliberado	<u>REQ 931/2020</u>	Deputado Baleia Rossi (MDB/SP) e outros	Requer, nos termos do art. 155 do RICD, urgência para o PLP 108/2020, que dispõe sobre o repasse dos valores correspondentes ao excedente de recursos acumulados que cobrem as provisões técnicas do consórcio de que trata o art. 7º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, ao Sistema Único de Saúde - SUS.	-	-	Plenário
Não deliberado	<u>REQ 1528/2020</u>	Deputado Baleia Rossi (MDB/SP) e outros	Requer, nos termos do art. 155 do RICD, urgência para o Projeto de Lei nº 2.068/2020, que altera o art.171 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para estabelecer novas hipóteses de estelionato majorado.	-	-	Plenário
Não deliberado	<u>MPV 930/2020</u>	Poder Executivo	Dispõe sobre o tratamento tributário incidente sobre a variação cambial do valor de investimentos realizados por instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo	Deputado AJ Albuquerque (PP/CE)	<u>Favorável na forma do PLV</u>	Plenário





FENAPEF

FEDERAÇÃO NACIONAL
DOS POLICIAIS FEDERAIS

			Banco Central do Brasil em sociedade controlada domiciliada no exterior e sobre a proteção legal oferecida aos integrantes do Banco Central do Brasil no exercício de suas atribuições e altera a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, que dispõe, dentre outras matérias, sobre os arranjos de pagamento e sobre as instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro.			
Aprovado. A matéria vai ao Senado	<u>MPV 931/2020</u>	Poder Executivo	Dispõe sobre as assembleias e as reuniões de sociedades anônimas, de sociedades limitadas, de sociedades cooperativas e de entidades de representação do cooperativismo durante o exercício de 2020; altera as Leis nºs 5.764, de 16 de dezembro de 1971, 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil); e dá outras providências.	Deputado Enrico Misasi (PV/SP)	<u>Favorável na forma do PLV</u>	Plenário
Aprovado o parecer. Adiada a votação dos destaques	<u>MPV 944/2020</u>	Poder Executivo	Institui o Programa Emergencial de Suporte a Empregos.	Deputado Zé Vitor (PL/MG)	<u>Favorável na forma do PLV</u>	Plenário
Não deliberado	<u>Substitutivo do Senado - PL 1389/2020</u>	Deputada Flávia Arruda (PL/DF)	Dispõe sobre a transposição e a transferência de saldos financeiros constantes dos Fundos de Assistência Social dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, provenientes de repasses federais, apurados até dezembro de 2019.	Deputada Shéridan (PSDB/RR)	<u>Favorável</u>	CSSF, CFT, CCJC, Plenário
Não deliberado	<u>PL 1444/2020</u>	Deputada Alice Portugal (PCdoB/BA)	Estabelece medidas emergenciais de proteção à mulher vítima de violência doméstica durante a emergência de saúde pública decorrente da pandemia do coronavírus.	Deputada Natalia Bonavides (PT/RN)	<u>Favorável com substitutivo</u>	Plenário
Não deliberado	<u>PL 2801/2020</u>	Deputado Alexandre Leite (DEM/SP) e outros	Altera a Lei nº 13.982, de 02 de abril de 2020, para estabelecer a natureza alimentar do benefício emergencial; vedando penhora, bloqueio ou desconto que vise o pagamento de dívidas ou prestações, salvo em caso de pensão alimentícia.	Deputado Aureo Ribeiro (SD/RJ)	<u>Favorável com substitutivo</u>	CSSF, CFT, CCJC, Plenário
Não deliberado	<u>PL 735/2020</u>	Deputado Enio Verri (PT/PR) e outros	Fica criado o abono destinado a feirantes e agricultores familiares que se encontram em isolamento ou quarentena em razão da pandemia do COVID-19, consoante a Lei 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e que se apresentam impossibilitados de comercializar sua produção também por medidas determinadas pelos executivos municipais.	-	-	Plenário
Não deliberado	<u>PL 1485/2020</u>	Deputada Adriana Ventura (NOVO/SP) e outros	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 para duplicar as penas de crimes contra a administração pública quando estes forem praticados por ocasião de calamidade pública.	-	-	CTASP, CCJC, Plenário
Não	<u>PL</u>	Deputado Marcelo	Regulamenta o acordo direto para pagamento com desconto ou parcelado	Deputado Fábio Trad	<u>Favorável com</u>	CFT, CCJC,





FENAPEF

FEDERAÇÃO NACIONAL
DOS POLICIAIS FEDERAIS

deliberado

<u>1581/2020</u>	Ramos (PL/AM)	de precatórios federais, com a (PSD/MS) substitutivo	Plenário
------------------	------------------	--	----------

destinação dos descontos obtidos pela União ao enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância internacional relacionada ao coronavírus (Covid-19), ou ao pagamento de dívidas contraídas pela União para fazer frente a tal situação emergencial.

//

SENADO FEDERAL

Resultado	Proposição	Autor	Descrição	Relator	Parecer	Tramitação
Aprovado. A matéria vai à Câmara	<u>PEC 18/2020</u>	Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP) e outros	Acrescenta o art. 115 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) para dispor sobre o adiamento das eleições municipais para Prefeito, Vice-Prefeito e Vereador, previstas para 4 de outubro de 2020, para o dia 6 de dezembro do mesmo ano, em decorrência das medidas para o enfrentamento da pandemia da Covid-19 declarada pela Organização Mundial da Saúde.	Senador Weverton (PDT/MA)	<u>Favorável com substitutivo</u>	CCJ, Plenário
Aprovado o PLV. A matéria vai à sanção	<u>PLV 17/2020 (MP 932/2020)</u>	Presidência da República	Altera as alíquotas de contribuição aos serviços sociais autônomos que especifica e dá outras providências.	Senador Paulo Paim (PT/RS)	<u>Favorável</u>	Plenário
Aprovado. A matéria vai à promulgação	<u>MSF 9/2020</u>	Presidência da República	Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US\$ 69,439,000.00 (sessenta e nove milhões, quatrocentos e trinta e nove mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Mogi das Cruzes, no Estado de São Paulo e a Corporação Andina de Fomento - CAF cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa Mais Mogi Ecotietê".	Senador Major Olímpio (PSL/SP)	<u>Favorável na forma de PRS</u>	Plenário
Aprovado. A matéria vai à sanção	<u>PL 4162/2019</u>	Presidência da República	Atualiza o marco legal do saneamento básico.	Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE)	<u>Favorável</u>	Plenário
Aprovado. A matéria vai à sanção	<u>PLV 16/2020 (MPV 923/2020)</u>	Presidência da República	Altera a Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971, que dispõe sobre a distribuição gratuita de prêmios, mediante sorteio, vale-brinde ou concurso, a título de propaganda, e estabelece normas de proteção à poupança popular.	Senador Omar Aziz (PSD/AM)	<u>Favorável</u>	Plenário
Encerrada a discussão. Adiada a votação	<u>PL 2630/2020</u>	Senador Alessandro Vieira (CID./SE)	Institui a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet.	Senador Angelo Coronel (PSD/BA)	<u>Favorável com substitutivo</u>	Plenário



MOREIRA &
GREGÓRIO
CONSULTORIA
POLÍTICA

Serviço prestado exclusivamente para Federação Nacional dos Policiais Federais – FENAPEF
Desenvolvido pela Moreira & Gregório Consultoria Política.

Condomínio Privê Morada Sul, Conjunto 17, casa 03 – Lago Sul – (61) 98126-3938
Rua da República nº 202, Centro Comercial Foz Center, loja 08, Figueira da Foz – Distrito de Coimbra – Portugal – (+351) 91385-7955



FENAPEF
FEDERAÇÃO NACIONAL
DOS POLICIAIS FEDERAIS

Aprovado. A
matéria vai
à Câmara

PEC
18/2020

Senador
Randolfe
Rodrigues
(REDE/AP) e
outros

Acrescenta o art. 115 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) para dispor sobre o adiamento das eleições municipais para Prefeito, Vice-Prefeito e Vereador, previstas para 4 de outubro de 2020, para o dia 6 de dezembro do mesmo ano, em decorrência das medidas para o enfrentamento da pandemia da Covid-19 declarada pela Organização Mundial da Saúde.

Senador
Weverton
(PDT/MA)

Favorável
com
substitutivo

CCJ, Plenário

//

SENADO FEDERAL | Dia 22, 14h00

Realizada sessão remota de debates temáticos no plenário do Senado Federal, destinada a debater as perspectivas das Eleições de 2020 e eventuais medidas legislativas necessárias. Estiveram presentes os seguintes convidados: Paulo Lotufo - Epidemiologista e professor na USP; Davi Uip - Infectologista e professor da Faculdade de Medicina do ABC (SP); Átila Iamarino - Microbiologista e Doutor em Virologia; Luís Roberto Barroso - Ministro Presidente do Tribunal Superior Eleitoral; Henrique Neves da Silva - Ex-Ministro do TSE; Luciana Diniz Nepomuceno - Conselheira da Ordem dos Advogados (OAB); Glademir Aroldi - Presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM); Melillo Dinis - Diretor no Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral; e Marcelo Weick Pogliese - Coordenador-geral da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (Abradep).